*Artigo

Projetos Político Pedagógico: uma análise prática

A inclusão de projetos no currículo não é uma ideia nova e nem revolucionária no ramo da educação. No entanto, na última década, essa prática evoluiu para uma estratégia de ensino com uma definição mais formal. Trabalho com projeto ganhou um lugar de maior interesse na sala de aula quando os pesquisadores documentaram o que o professores há muito já sabiam: os alunos participam mais quando têm a chance de se aprofundar em problemas complexos, desafiadores e, às vezes, bastante confusos que se assemelhem à vida real.

A intensidade dos estudos, dos debates e acumulação das experiências educativas no âmbito da educação infantil, representa, em alguma medida, aquele que tem sido o movimento nacional em torno da definição das orientações educativas para as crianças de zero a seis anos. Reconhece-se a especificidade da educação infantil como primeira etapa da educação básica, cuja função sustenta-se no respeito aos direitos fundamentais das crianças e na garantia de uma formação integral orientada para as diferentes dimensões humanas (linguística, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural), realizando-se através de uma ação intencional orientada de forma a contemplar cada uma destas dimensões como núcleos da ação pedagógica.

Nesse sentido, a apropriação dos sistemas simbólicos de referência exige, essencialmente, consideradas crianças como ponto de partida, inseridas, como não poderia deixar de ser, no âmbito de uma infância determinada. A responsabilidade de dirigir o desenvolvimento da ação educativa envolve um compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças a partir da ampliação das experiências próximas cotidianas, em direção à apropriação de conhecimentos no âmbito mais ampliado e plural, porém, sem finalidade cumulativa ou com caráter de terminal idade em relação à elaboração de conceitos.

A necessidade de dar visibilidade aos núcleos da ação, como forma de orientar a organização do trabalho diário junto às crianças, não prescinde da afirmação de uma pedagogia que tome a infância como um pressuposto; que reconheça as crianças como seres humanos concretos e reais, pertencentes contextos sociais e culturais que as constituem.

Enquanto construção social, a infância deve ser reconhecida em sua heterogeneidade, considerando fatores como classe social, etnia, gênero, religião, como determinantes da constituição das diferentes infâncias e de suas culturas. Neste sentido, cabe ainda destacar que o projeto educacional pedagógico é mais amplo e exige a definição dos processos de organização e estrutura que viabilizarão o cumprimento das funções sócio educativas da educação infantil: o espaço e os materiais, os mecanismos de relação com as família se os processos de formação dos profissionais, etc.

O desafio para a constituição e consolidação de uma Pedagogia da Infância tem exigido, sobretudo a partir da acumulação científica e da diversificação das práticas pedagógica sem âmbito local e nacional a retomada criticamente as bases educacionais e pedagógicas orientadoras para a educação infantil, a partir de uma perspectiva social, histórica e cultural da criança, da infância e de sua educação. É nesse sentido que se entende a dimensão dos conhecimentos na educação das crianças pequenas.

Marlene Aparecida de Souza, cursando pedagogia na Universidade Anhanguera.
Jucélia Coelho da Silva, habilitada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, especialização em Educação Especial e Inclusiva.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Evertton Matheus Nogueira

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37

PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Recursos hídricos

Mato Grosso recebeu pouco mais de R$ 11,1 milhão em compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia ano passado.. O novo balanço da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aponta redução de 0,93% em relação a 2014, quando o valor transferido atingiu cerca de R$ 11,2 milhões. O decréscimo representou R$ 105,8 mil a menos nos cofres estaduais.

Compensações

O montante enviado para o Estado corresponde apenas a compensação financeira destinada para Araputanga, Aripuanã, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Chapada dos Guimarães, Indiavaí, Itiquira, Jauru, Nova Brasilândia, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra, Vale de São Domingos e Nova Maringá. Municípios ficam com 45% da arrecadação, 45% vão para os Estados.

Aplicação

O dinheiro pode ser aplicado em programas de saúde, educação e segurança, mas não pode ser usado para abater dívidas, nem para o pagamento de pessoal. A União recebe os 10% restantes, que são distribuídos à Agência Nacional de Águas, ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e aos ministérios do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal e Minas e Energia.

Vestibular IFMT

O Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) abriu nesta segunda-feira, 4 de janeiro, as inscrições do vestibular 2016/1 com oferta de 794 vagas para cursos superiores, em 12 campi da instituição. De acordo com o edital, os candidatos aprovados vão ingressar na instituição já no primeiro semestre letivo de 2016. As inscrições podem ser feitas até o dia 24 de janeiro. É cobrada uma taxa de R$ 50.

Boletos falsos

A Secretaria de Fazenda de Mato Grosso alerta que não envia boletos de cobrança do IPVA pelos Correios ou por email. Para pagar o imposto, o contribuinte deve imprimir o documento de arrecadação disponível no site da Sefaz, do Detran ou nas agências fazendárias, e em seguida procurar os bancos conveniados (Banco do Brasil, Sicredi, Bancoob, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Unibanco, Primacredi, e Santander).

Basa

A Sefaz informa ainda que o Banco da Amazônia (Basa) poderá receber o documento de arrecadação do IPVA somente até o dia 10 de janeiro. A partir do dia 11, não poderá arrecadar impostos e taxas do governo estadual, em virtude de não ter atendido requisitos previstos em edital para credenciamento. Caso o recolhimento seja feito pelo Basa a partir da data informada, o débito continuará em aberto.

Final 1

Para quem tem veículo com a placa final 1, o prazo para recolhimento do IPVA à vista, com desconto de 5%, termina no dia 10 de janeiro. Quem preferir pode optar pelo pagamento do débito em três vezes, sem desconto. A partir de segunda-feira, 11 até o dia 20 o imposto poderá ser pago com 3% de desconto à vista. Já entre os dias 21 e o último dia útil do mês, o imposto poderá ser pago sem desconto.

Simples doméstico

O empregador doméstico tem até o dia 7 de janeiro para pagar as guias do Simples Doméstico relativas ao 13º e também sobre a folha de pagamento de dezembro de 2015. São duas guias distintas e devem ser impressas a partir do Portal do eSocial. Importante destacar que o empregador deve encerrar primeiro a folha correspondente ao 13º salário e só depois deve encerrar a folha de dezembro.

*Bastidores da Política

Crise

A crise econômica que afeta o Brasil e por consequência os municípios tiveram reflexos diretos nas ações desenvolvidas pelas administrações, provocando uma série de dificuldades. A crise obrigou prefeitos a adotarem medidas de contenção de despesas, como suspensão dos cargos em comissão, prestadores de serviços, entre outros.

Nortelândia

Em Nortelândia, o prefeito municipal Neurilan Fraga adotou todas as medidas para conter a crise e evitar um estrangulamento financeiro, desacelerando os investimento e a prestação de serviços, reduziu em 90% os cargos de chefia, a contratação e os prestadores de serviços, entre outras medidas.

Próprio salário

Uma das medidas tomadas por Fraga foi a redução de 50% do seu próprio salário, recebendo líquido pouco mais de R$ 3,6 mil. "Tivemos que cortar na própria carne e tomar medidas duras para evitar uma piora em nossa situação financeira e comprometer compromissos importantes como, por exemplo, a folha salarial e pagamento de fornecedores".

Desequilíbrio

De acordo com ele, a crise pode provocar um desequilíbrio sem precedentes nas finanças municipais, se medidas de austeridade não fossem tomadas. "O problema precisa ser atacado na sua essência e tão logo a crise se avizinhou, nós iniciamos medidas para estancá-la e estamos satisfeitos com os resultados obtidos até agora".

Salário extra

A convocação extraordinária entre 11 e 22 de janeiro, para apreciação dos projetos enviados pelo Governo à Assembleia com pedido de urgência em dezembro de 2015, garante salário extra de R$ 24 mil para cada deputado estadual. Com isso, o custo das sessões no período de recesso chegará a R$ 576 mil.

Convocação

Em princípio, a convocação extraordinária seria feita pelo presidente do Legislativo, Guilherme Maluf (PSDB), para evitar o pagamento do salário extra. Entretanto, a proposta enfrentou a resistência dos parlamentares e o Executivo acabou solicitando a interrupção do recesso para apreciação das mensagens.

Pacote

As 11 mensagens que serão apreciadas durante a convocação extraordinária, foram entregues pelo chefe da Casa Civil, Paulo Taques, em 10 de dezembro. O principal projeto de lei que integrava no "pacote", denominado Novo Fethab, foi aprovado em 18 de dezembro e, em seguida, sancionado pelo governador Pedro Taques (PSDB).

Mais

Com a aprovação, a principal matéria do "pacote" passa a ser a criação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Os demais projetos são voltados às áreas de infraestrutura, cultura, segurança, juventude, entre outros, como a alteração do nome do Centro de Processamento de Dados de Mato Grosso para Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação.

Comunicação, corpo técnico e fóruns serão prioridades

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Maluf (PSDB), estabeleceu como prioridades para o ano de 2016, a expansão da comunicação, levando o sinal da TV Assembleia para os 141 municípios. Também deseja ampliar a programação local da Rádio Assembleia (89,5). A Assembleia Legislativa deve priorizar também a capacitação do corpo técnico, para que futuramente, não seja mais necessária a contratação de técnicos ou instituições, principalmente no que se refere à CPI. A terceira prioridade é a de produção de conhecimento. "Estamos planejando para 2016, dois ou três fóruns, para discutir os municípios que compõem o Vale do Rio Cuiabá, para debater a fronteira, e vamos produzir livros que vão subsidiar propostas dos deputados para políticas públicas. Vamos produzir conhecimento para que possamos apresentar matérias que venham de encontro aos problemas diagnosticados nestes fóruns".

